

A SITUAÇÃO ECONÔMICA DA MULHER IDOSA: DADOS DE UMA PESQUISA NO RIO GRANDE DO SUL

LA SITUACIÓN ECONÓMICA DE LAS MUJERES MAYORES: DATOS DE UNA ENCUESTA EN RIO GRANDE DO SUL

THE ECONOMIC SITUATION OF ELDERLY WOMEN: DATA FROM A SURVEY IN RIO GRANDE DO SUL

Francieli Aline Conte*
franieliconte@yahoo.com.br
<http://orcid.org/0000-0002-2894-1473>

Johannes Doll*
johannes.doll@ufrgs.br
<https://orcid.org/0000-0002-6699-0460>

Morghana Iantra Garavello Vasconcelos*
morghanavasconcelos@outlook.com
<https://orcid.org/0000-0002-4322-3816>

Perla da Silva dos Santos*
donadosventos1@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4576-009X>

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.

Resumo

A situação das mulheres nas sociedades contemporâneas mudou significativamente durante os últimos 100 anos em relação à participação no mercado de trabalho e conseqüentemente na situação econômica. Como estas mudanças se refletem na vida das mulheres idosas de hoje? O presente artigo analisa a situação econômica e as fontes de renda de mulheres idosas no Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo transversal, recorte da pesquisa “Propensão ao endividamento de pessoas idosas no Rio Grande do Sul”, realizado junto a idosos de dois programas: Maturidade Ativa do Serviço Social do Comércio (SESC) do Rio Grande do Sul e Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre-RS (FASC). No presente recorte foram analisados os dados de 287 mulheres idosas (60 – 74 anos) e muito idosas (75 anos ou mais), com diferentes níveis educacionais e de renda. Como fonte de renda foram indicados principalmente aposentadoria e pensão e ao contrário das mulheres da FASC, um grupo considerável (30,93%) das mulheres do SESC dispõem também de outras fontes de renda. No grupo da FASC, 30% trabalham ainda, enquanto no SESC somente 10%. Os dados mostram uma realidade complexa e diversificada da situação econômica das mulheres idosas, destacando diferenças entre as classes sociais.

PALAVRAS CHAVE: Mulheres. Envelhecimento. Situação econômica. Trabalho. Aposentadoria.

Resumen

La situación de la mujer en las sociedades contemporáneas ha cambiado significativamente en los últimos 100 años en términos de participación en el mercado laboral y, en consecuencia, en la

situación económica. ¿Cómo se reflejan estos cambios en la vida de las mujeres mayores de hoy? Este artículo analiza la situación económica y las fuentes de ingresos de las mujeres ancianas en Rio Grande do Sul. Se trata de un estudio transversal, parte de la investigación “Propensión al endeudamiento de las personas maores en Rio Grande do Sul”, realizada con personas maores de dos programas: Maturidade Ativa do Serviço Social do Comércio (SESC) del Rio Grande do Sul y Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre-RS (FASC). En este recorte se analizaron los datos de 287 mujeres ancianas (60 - 74 años) y muy ancianas (75 años y más) con diferentes niveles educativos e ingresos. Como fuente de ingresos se indicaron principalmente jubilaciones y pensiones y, a diferencia de las mujeres del FASC, un grupo considerable (30,93%) de mujeres en el SESC también tiene otras fuentes de ingresos. En el grupo FASC, el 30% sigue trabajando, mientras que en el SESC es solo el 10%. Los datos muestran una realidad compleja y diversificada de la situación económica de las mujeres mayores, destacando las diferencias entre clases sociales.

PALABRAS CLAVE: Mujer. Envejecimiento. Situación económica. Trabajo. Retiro.

Abstract

The women's situation in contemporary societies has changed notably over the past century regarding their participation in the labor market and their economic situation. The questioning is how these changes reflect in elderly women's lives in the present day? This article analyzes the economic situation and sources of income of elderly women in Rio Grande do Sul / Brazil. This cross-sectional study is a cutout from the research “Propensity to indebtedness of elderly people in Rio Grande do Sul”, accomplished with elderly people, members of two projects: Maturidade Ativa of the Serviço Social do Comércio (SESC) from Rio Grande do Sul and the Fundação de Assistência Social e Cidadania from Porto Alegre-RS (FASC). The present cutout analyzed the data of 287 elderly (60-74 years old) and ancient (75 years old and over) women, with different levels of education and income. As source of income was mainly nominated retirement and pension and as opposed to FASC's women, a sizable group (30,93%) of the SESC's women also have others sources of income. In the FASC group, 30% of women still work, while in the SESC group the percentage is only 10%. The data show a complex and multiple reality of elderly women's economic situation, highlighting social classes disparities.

KEYWORDS: Women. Aging. Economic situation. Work. Retirement.

1. Introdução

Durante os últimos 100 anos, a situação das mulheres mudou consideravelmente. Mesmo que o machismo e as desigualdades de gênero ainda hoje perdurem, houve avanços nos direitos, na participação social, na educação e especialmente na inserção das mulheres no mercado de trabalho. Em 1970, somente 18% das mulheres brasileiras exerciam um trabalho remunerado, já em 2007 este percentual se elevou para mais de a metade (52,4%) (BRUSCHINI et al., 2010). Tendo em vista o envelhecimento populacional, surge o questionamento sobre como estas mudanças se refletem hoje na situação econômica das mulheres idosas.

Ao mesmo passo em que se dá o alargamento da população feminina envelhecida, são inúmeras as mulheres idosas brasileiras que “acumulam desvantagens” (SILVA et al, 2019). O processo de envelhecimento das mulheres brasileiras perpassa, dentre muitos fatores, recortes de classe, renda e escolaridade. Neste sentido, tratando-se do contexto brasileiro, é impossível pensar sobre o envelhecimento, de mulheres e de homens, de modo descolado aos recortes de classe e renda, sendo estes

fatores determinantes para que se perceba especificidades no envelhecer dos mais diferentes grupos: ao processo de envelhecimento, serão determinantes as condições de vida dos sujeitos e estas, por sua vez, diretamente atreladas à classe à qual pertencem. O acesso ou a carência de riscos socioeconômicos são determinantes para delinear a qualidade de vida dos sujeitos ao longo de seu envelhecimento (RODRIGUES; GONÇALVES, 2019).

Pensar sobre as especificidades do envelhecimento é, indissociavelmente, refletir acerca de uma questão de gênero, considerando que há um número expressivamente maior de mulheres que chegam à velhice. Este fenômeno, denominado *feminização da velhice* (CAMARANO, 2003), manifesta-se também no desenvolvimento da presente pesquisa, uma vez que há uma porcentagem perceptivelmente maior de mulheres idosas envolvidas nos programas afins - Maturidade Ativa, do Serviço Social do Comércio (SESC) do Rio Grande do Sul e Fundação de Assistência Social e Cidadania, de Porto Alegre-RS (FASC).

Ao analisar os marcadores sociais, econômicos e culturais, pode-se observar que o envelhecimento se dá de diversas maneiras, para diferentes pessoas. Alicerçado neste entendimento, este artigo objetiva avaliar os dados socioeconômicos e as fontes de renda de mulheres idosas de distintas condições econômicas, sob distintas perspectivas. A fim de contemplar tal objetivo e responder a tais questionamentos, este estudo se organiza nas seguintes partes: a presente seção, denominada “Introdução”, “Bases Teóricas”, na qual são apresentados os conceitos e autores que auxiliam e fundamentam o estudo, “Decisões Metodológicas”, que explicita o modo como se estruturou a pesquisa, “Análise”, que mais amplamente apresenta os dados encontrados, “Discussão”, na qual se evidenciam aspectos teóricos nos achados de pesquisa e, por fim, a “Conclusão”, que retoma e responde os questionamentos aos quais o estudo se propõe.

2. Bases Teóricas

Mudanças significativas vêm ocorrendo no mercado de trabalho desde o estabelecimento do Capitalismo Industrial, em meados do século XVIII até a atualidade, demarcadas por avanços tecnológicos, reestruturações sociais no contexto pós-guerra, globalização e difusão dos movimentos sociais. A inserção feminina no mercado de trabalho é historicamente demarcada por essas mudanças, embora o trabalho feminino sempre tenha ocorrido, passa a ser socialmente percebido a partir da sua *formalização*, o qual foi efetuado principalmente no contexto fabril da Revolução Industrial. No entanto, as obrigações domésticas e familiares que pairavam sobre estas mulheres, serviam de argumento para que fossem subjugadas e mal remuneradas em seus empregos (AMARAL, 2012). Configurações familiares e papéis de gênero passam a ser mais intensamente tensionados, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, com a expansão dos meios de comunicação e do Movimento Feminista e expressivas mudanças demográficas e socioculturais (SIMÕES, HASHIMOTO, 2012).

Paralelamente ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho ocorre a expansão de sua escolaridade. Ainda assim, pesquisas como Jesus et al. (2020) sugerem que, mesmo possuindo um maior nível de escolaridade, mulheres ainda são sub-remuneradas em relação aos homens. Neste mesmo estudo, ao comparar dados demográficos em relação aos rendimentos da população com o mesmo nível de escolaridade, conferiu-se uma expressiva diferenciação no que se refere ao gênero: a manutenção de uma discriminação salarial para as mulheres. Além disso, áreas tidas como tipicamente femininas, tais como educação e serviço social, também apresentam uma significativa precarização (JESUS et al., 2020).

Embora ainda de modo desigual em detrimento aos homens, o alargamento da obtenção de rendimentos por parte das mulheres resulta em um envelhecimento mais bem amparado. Seja por meio de trabalho remunerado, heranças e/ou instituição de políticas públicas como a Previdência Social, as mulheres idosas na atualidade possuem mais recursos em comparação aos rendimentos do mesmo grupo etário há algumas décadas. Fatores diversos, tais como diminuição da mortalidade, contribuem para o aumento da população envelhecida e é percebido um fenômeno de feminização: o número de mulheres

que chegam à velhice é expressivamente maior do que o de homens (CAMARANO, 2003). Neste sentido, cabe evidenciar algumas especificidades quanto ao envelhecimento de mulheres.

Dados os devidos recortes de classe/renda, observa-se que a maioria das mulheres idosas apresenta a execução de tarefas domésticas como a sua principal atividade cotidiana (DOIMO et al., 2008). Um aspecto que demarca a vida da maioria das mulheres e as acompanha em seu processo de envelhecimento é o cuidar – da casa, dos netos, do cônjuge e/ou de parentes também idosos. Considerando uma maior mortalidade masculina, observa-se que o estado conjugal da maioria das mulheres idosas é a viuvez. Embora a feminização do envelhecimento no Brasil já venha sendo evidenciada por diversos demógrafos desde a década de 1990 (NASCIMENTO, 2001), ainda se trata de um fenômeno extremamente relevante, uma vez que influencia nas configurações e relações familiares, distribuição de renda e poder de consumo.

Em relação ao processo de envelhecimento e condições de vida dos sujeitos, outro fator relevante é a sua relação com o mercado de trabalho. Neste sentido, a presença de pessoas idosas no mercado de trabalho brasileiro se apresenta de modo desigual em relação ao contexto internacional e é também demarcado por distinções quanto à escolaridade e ao gênero, segundo Camarano (2001). A autora (op. cit.) afirma ainda que, mesmo dentre os idosos aposentados, é expressivo o número dos que retornam e/ou se mantêm no mercado de trabalho. Deste modo, é notável a participação e a relevância econômica do sujeito idoso, principalmente em relação à renda familiar.

No que se refere à presença do sujeito idoso no mercado de trabalho, há uma ambiguidade: do mesmo modo que sua participação profissional representa um maior rendimento para si e sua família, assim como, muitas vezes, possibilidades de sociabilidade e autoafirmação, é imprescindível considerar que, a depender de suas condições de saúde e das especificidades da atividade laboral em si, o sujeito idoso pode precisar ser resguardado – e se, ainda assim permanece ou retorna a estas funções que não condizem com suas atuais condições, é provável que haja uma insuficiência das políticas públicas de assistência (FIALHO et al., 2019). Ademais, outro aspecto que também se observa na reinserção do idoso no mercado de trabalho é a informalidade, o que, muitas vezes, pode significar uma inadequação de garantias trabalhistas (FONSECA, 2020).

Conforme anteriormente mencionado, os rendimentos de idosos podem representar uma importante parcela na renda das famílias brasileiras. Mesmo diante de inúmeras configurações possíveis, a família é uma das mais relevantes fontes informais de auxílio, segundo Camarano (2020). Neste estudo, prevê-se que em cerca de 18% dos lares brasileiros os rendimentos de idosos representam mais da metade da renda. A autora também evidencia que a perda súbita deste auxílio familiar pode representar, inclusive, o empobrecimento de uma família. Por outro lado, pessoas idosas que recebem auxílio financeiro de cônjuges e outros familiares, também sofrem os efeitos de uma possível perda súbita – como ocorre amplamente em períodos de mortes em massa e grande desemprego, assim como o que se vivencia diante da pandemia do novo Coronavírus.

Compreender possíveis inter-relações entre gênero, escolaridade e renda no processo de envelhecimento de mulheres idosas mais jovens e idosas mais velhas é uma importante face nos estudos gerontológicos. Assim, observa-se a relevância de pesquisas sobre idosos que levem em conta estes fatores. Neste sentido, destacam-se pesquisas como Branco et al. (2017), que buscam caracterizar mulheres idosas quanto às especificidades sociodemográficas e econômicas, levando em conta sua renda, escolaridade, estado civil, etc. As autoras destacam que ao considerar estes aspectos, para caracterizar as mulheres idosas do estudo em questão, estruturam-se subsídios para pensar ações integrais de atendimento humanizado a esta população. Em face do que foi apresentado, apontam-se as decisões metodológicas deste estudo.

3. Decisões Metodológicas

Este estudo é oriundo de uma pesquisa institucional intitulada “Propensão ao endividamento de pessoas idosas: um estudo sobre fatores de risco ao endividamento de pessoas idosas no Rio Grande do Sul”¹, a qual acompanhou um grupo de 406 pessoas de sete cidades do Rio Grande do Sul que representam as principais regiões do estado (Porto Alegre, Passo Fundo, Pelotas, Caxias, Bagé, Torres e Santa Maria) com período de execução entre os anos de 2016 e 2018. Todos os (as) participantes estavam associados no programa Maturidade Ativa, do Serviço Social do Comércio (SESC) ou na Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre-RS (FASC- exclusivamente na cidade de Porto Alegre-RS).

Este estudo faz um recorte da amostra total, analisando os dados das mulheres desta pesquisa, um total de 287 mulheres, sendo 254 afiliadas ao SESC e o restante à FASC. Os dados foram produzidos a partir de entrevista semiestruturada, que avaliou, entre outras questões, as condições socioeconômica e sociodemográfica, como idade, escolaridade, renda, estado civil, aposentadoria e fontes de renda, sob distintas perspectivas de análise, considerando divisões de acordo com os grupos SESC e FASC, mas também de acordo com a idade e a renda. Neste sentido, foram formuladas as seguintes perguntas:

- Qual é a escolaridade de mulheres idosas mais jovens e idosas mais velhas? Há diferenças etárias? Tais diferenças perpassam a classe social?
- Qual é a renda de mulheres idosas mais jovens e idosas mais velhas? Há diferenças etárias? Tais diferenças perpassam a classe social?
- Quais são as fontes de renda de mulheres idosas mais jovens e idosas mais velhas? Há diferenças etárias? Tais diferenças perpassam a classe social?
- Quantas mulheres idosas jovens e idosas velhas trabalham ainda? Há diferenças etárias? Tais diferenças perpassam a classe social?

Como as condições de vida mudam durante o processo de envelhecimento e como existem diferenças claras entre a terceira e quarta idade (BALTES, SMITH 2006), o estudo compara dados de acordo com a idade mais ou menos avançada entre as participantes do SESC e FASC: idosas mais jovens (até 74 anos) e idosas mais velhas (75 anos e mais), de acordo com a classificação da OMS (1999). Para além disso, ao constatarmos diferenças significativas entre a renda e a escolaridades das participantes, não apenas do SESC em relação à FASC, mas também dentro do próprio grupo do SESC, optamos por fazer uma divisão do grupo SESC, levando em consideração a média salarial individual de cada participante (no ano de 2016, primeiro ano da pesquisa) e posteriormente dividindo o mesmo em quartis. Foi considerado o valor do percentil 50 como ponto de corte, o qual foi de R\$ 2.600,00. Desta forma o grupo SESC foi dividido em duas categorias: SESC 1 e SESC 2. Foram alocadas no grupo SESC 1 as mulheres com renda acima de R\$ 2.600,00, e as mulheres com renda abaixo de R\$ 2.600,00 foram classificadas como SESC 2. O número de participantes, após o rearranjo dos grupos FASC, SESC 1 e SESC 2, foi respectivamente de 33, 148 e 106 participantes.

É importante enfatizar que em determinados segmentos, a depender das variáveis trabalhadas, o estudo faz diferenciações entre o grupos SESC e FASC e posteriormente aprofunda a avaliação ao ver os mesmos dados nas subdivisões entre “SESC 1, SESC 2 e FASC” (integralmente). Os dados foram digitados em um banco de dados único, no *software* Excel e posteriormente foram importados para o *Statistical Package for the Social Sciences- SPSS* (18.0). Foi também realizada uma comparação de médias por meio de teste de Mann-Whitney, com nível de confiança de estatística de 95%. O estudo foi aprovado por Comitê de Ética e Pesquisa sob parecer no 1.388.383 de 14 de janeiro de 2016, seguindo as Resoluções 466/2012 e 510/2016. Todas as participantes ao aceitarem entrar no estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

¹ Este estudo foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -CNPq por meio do Edital CNPq MCTI/CNPQ/Universal 14/2014, também pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e UFRGS (por meio de bolsas de Iniciação Científica). O estudo contou ainda com o apoio do SESC/RS e da FASC (Porto Alegre-RS).

4. Análise

Neste estudo, apresentaremos dados sociodemográficos, socioeconômicos e de trabalho de mulheres idosas participantes do programa Maturidade Ativa do Serviço Social do Comércio - SESC de regiões do Estado do Rio Grande do Sul e mulheres adstritas na Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre-RS-FASC. Para as variáveis sociodemográficas, foram consideradas dentro de cada um dos grupos, os valores gerais dos grupos SESC e FASC, bem como a divisão dos grupos em FASC, SESC 1 e SESC 2, e também uma divisão de acordo com a idade: idosas jovens (60 a 74 anos) ou idosas velhas² (75 anos e mais). A análise está dividida em quatro principais seções que são apresentados abaixo: “Idade”, “Escolaridade e Renda”; “Estado civil”; “Fontes de Renda” e por fim, na última seção, “Mulher idosa e Trabalho”.

4.1. Idade, Escolaridade e Renda

Com o objetivo de analisar a escolaridade e a renda de mulheres idosas nas diferentes faixas etárias e nas diferentes classes sociais, os dados foram organizados nos grupos de 60 a 74 anos (idosas mais jovens) e 75 anos e mais (idosas mais velhas), além de separar a partir da instituição de origem (FASC, SESC) e ainda subdividindo o grupo do SESC em SESC 1 e SESC 2, de acordo com a renda.

Comparando estes grupos, percebe-se alguns resultados já esperados. Assim, os grupos diferem claramente em relação à escolaridade, com as mulheres da FASC com escolaridade dentro da média das pessoas idosas no Rio Grande do Sul, em torno de seis anos, e os grupos do SESC com uma escolaridade de quase o dobro, de 11 a 35 anos. Comparando as mulheres mais velhas com as mais jovens, encontramos uma maior escolaridade no grupo do SESC entre as mulheres mais novas (SESC 1: 12,5 anos/10,78 anos; SESC 2: 9,41 anos/ 7,32 anos). Isso era esperado, pois o sistema escolar conseguiu cada vez mais incluir alunos e alunas, aumentando a escolaridade. Também esperada era a diferença entre os grupos do SESC, enquanto o grupo com renda maior tem também uma escolaridade maior, o grupo com renda menor tem menos anos de escola. O surpreendente dos resultados é que na FASC, as mulheres mais velhas dispõem de mais anos de escolaridade, 6 anos, do que as mais jovens, 5,67 anos, invertendo o resultado esperado. Os dados disponíveis nesta pesquisa não permitem uma resposta, também não encontramos outra pesquisa com a diferenciação entre idade e classe social em relação à escolaridade, um tema a ser aprofundado.

Em relação à renda, comparando a FASC e o SESC como todo, existe uma diferença significativa: as mulheres do SESC possuem em média uma renda de R\$ 2.868,50, enquanto as mulheres da FASC só dispõem de R\$ 1.575,76, apresentando diferença aproximada de R\$1.292,74 entre uma renda e outra. Já diferenciando a renda do SESC, fica evidente que se trata de um grupo altamente heterogêneo. Assim também, enquanto o grupo do SESC com maior renda (SESC 1) possui uma renda de R\$ 4.096,33, a média do grupo com menor renda (SESC 2) ganha somente R\$ 1.151,61, portanto não só muito menos que o grupo do SESC 1, como também menos do que o grupo da FASC.

Uma pergunta importante é como se desenvolve a renda com o envelhecimento. Em relação às mulheres do presente estudo, não existe uma mudança grande entre o grupo das mais jovens com o das mais velhas, e a tendência é equivalente nos três grupos. Em todos os grupos as mulheres mais velhas têm uma renda levemente superior do que as mulheres mais jovens. A diferença não chega a ser significativa, e varia, enquanto no grupo da FASC, a diferença é maior (mais velhas: R\$ 1.679,17 e mais jovens: R\$ 1.516,67), no grupo SESC 2 a diferença é de somente R\$ 14,28.

Tabela 1. Variáveis socioeconômicas entre mulheres idosas mais jovens e mais velhas entre os grupos FASC, SESC 1 e SESC 2.

² Esta divisão baseou-se na classificação da WHO (1964), que divide a fase idosa nos seguintes estratos: idosos 60 – 74; anciãos: 75 - 90 e velhice extrema: 90 ou mais. Neste caso, adaptamos para duas categorias: idosas jovens e idosas mais velhas.

IDADE	GRUPO	VARIÁVEIS	Média	Dp
75 anos e mais	FASC	Idade	81	4,598
		Escolaridade anos	6	4,87
		Renda	1679,17	817,829
	SESC 1	Idade	80,48	3,877
		Escolaridade anos	10,78	5,018
		Renda	4130,77	2063,614
	SESC 2	Idade	80,88	5,38
		Escolaridade anos	7,32	3,945
		Renda	1151,61	100,402
Até 74	FASC	Idade	69,4	4,32
		Escolaridade anos	5,67	3,818
		Renda	1516,67	710,34
	SESC 1	Idade	67,84	5,318
		Escolaridade anos	12,5	4,05
		Renda	4096,33	2031,462
	SESC 2	Idade	67,02	5,198
		Escolaridade anos	9,41	3,866
		Renda	1137,33	197,808

Fonte: dados da pesquisa

Em relação à renda, os testes de comparação de médias (Tabela II) demonstraram diferenças significativas na remuneração das participantes. Houve diferenças significativas entre as rendas médias dos grupos SESC (grupo integral sem divisão) *versus* FASC ($p=0,001$). O estudo mostrou ainda haver diferenças significativas nas rendas das mulheres idosas mais jovens entre SESC e FASC ($p=0,01$).

Tabela II. Resultado da comparação das medianas da renda nos grupos SESC e FASC.

Variáveis	Comparação das rendas nas distintas situações	p
SESC X FASC	Renda SESC X FASC	0,001**
SESC X FASC	Idosas jovens	0,01**
	Idosas mais velhas	0,551

** Diferença significativa em nível de 0,01; p=valor de significância pelo teste de Mann-Whitney U. Número total de mulheres do SESC= 254 e FASC=33.

Fonte: dados da pesquisa

4.2. Estado Civil

O estado civil das mulheres idosas é um dado importante, pois ele pode oferecer informações acerca das redes sociais de mulheres no envelhecimento, sobre questões financeiras e sobre redes de suporte. Porém, deve-se ter cuidado com interpretações superficiais. Por exemplo, a situação de viuvez pode indicar uma rede de suporte pequeno e talvez restrições financeiras, mas pode também ser, especialmente para mulheres desta geração, um indicativo para maior liberdade e melhores condições de

vida, juntando aposentadoria com pensão (MOTTA, 2005). A tendência de mulheres se tornarem viúvas é bastante grande, tendo em vista que possuem uma expectativa de vida maior que os homens e geralmente são mais novas do que seus parceiros; também porque poucos se casam de novo, geralmente por opção das próprias mulheres.

Na Tabela III encontram-se informações a respeito do estado civil das participantes, considerando os grupos FASC, SESC 1 e SESC 2. Analisando os dados se confirma a tendência apontada, uma vez que, entre as mulheres mais velhas, a grande maioria é viúva: na FASC, seis das oito participantes (75%) e no SESC quase 70%. Mesmo entre as mulheres mais novas, tanto na FASC quanto no SESC 1, as viúvas representam o grupo maior. Somente no SESC 2, a metade é casada ou tem um parceiro.

Depois das viúvas, o segundo maior grupo é das mulheres solteiras ou separadas. Aqui se percebe uma certa diferença entre as gerações, pois em relação às mulheres mais velhas, este grupo não é tão grande, em torno de 16% nos grupos do SESC e 25% na FASC. Já na geração mais nova, este grupo é maior, representando em torno de um terço das mulheres (FASC: 32%; SESC 1: 33,9%), e somente no grupo do SESC 2 não há tantas separadas ou solteiras (21%).

Em torno da metade das mulheres mais jovens do SESC 2 estão casadas ou vivendo com parceiro, já em todos os outros grupos, poucas mulheres vivem com um parceiro. Das 33 mulheres do grupo FASC, somente três são casadas, e no grupo SESC 1, menos que um quarto vive com um parceiro (23,6%). Chama a atenção que no grupo FASC (considerando o total de participantes) 91,18 % das mulheres não possuíam companheiro, por viuvez, por estarem sozinhas ou separadas, enquanto no grupo SESC, esse percentual é de 68,22%.

Tabela III. Classificação do estado civil das participantes entre os diferentes grupos e faixas de idade

Faixa de idade	Grupos	Estado Civil	n	%	
75 anos e mais	FASC	Viúva	6	75	
		Solteira/separada	2	25	
		Total	8	100	
	SESC 1	Casada	4	14,8	
		Viúva	18	66,7	
		Solteira/separada	5	18,5	
		Total	27	100	
		SESC 2	Casada	4	16
			Viúva	17	68
			Solteira/separada	4	16
	Total		25	100	
	Até 74 anos	FASC	Casada	3	12
Viúva			14	56	
Solteira/separada			8	32	
Total			25	100	
SESC 1		Casada	31	25,6	
		Viúva	49	40,5	
		Solteira/separada	41	33,9	

	Total	121	100
SESC 2	Casada	41	50,6
	Viúva	23	28,4
	Solteira/separada	17	21
	Total	81	100

Fonte: Dados da pesquisa

4.3. Fontes de Renda

Há dúvidas acerca do modo como as mulheres idosas obtêm sustento na velhice. De modo geral, há três principais tipos de fontes de renda: trabalho remunerado, aposentadoria e pensão, mas existem diferenças entre os grupos que o presente estudo aponta. Assim, as participantes do grupo FASC possuem somente uma fonte de renda cuja origem pode ser o trabalho (29,41%), a aposentadoria (20,59%), ou pensão por morte do esposo (50%). Já no grupo do SESC, a metade (49%) dispõe de uma única fonte, enquanto a outra metade (49,4%) relata duas ou mais fontes de renda e ainda uma parcela bem pequena, afirmou possuir outra (s) fonte (s) de renda (1,61%), vindos da informalidade ou ajuda de familiares.

Além das opções já mencionadas, surgem como outras fontes principalmente o aluguel, o trabalho informal e a ajuda de familiares. Com isso, surgem várias combinações possíveis, listadas na Tabela IV. As mais frequentes são aposentadoria e/ou pensão e outra fonte (26,51%) e a combinação de aposentadoria com pensão (14,86%).

Nestes dados chama a atenção o fato de que, entre as mulheres da FASC, quase um terço ainda precisa trabalhar para se sustentar, somente 20% recebem uma aposentadoria e a metade recebe uma pensão. Situação totalmente diferente se mostra no grupo do SESC, já que mais da metade recebe uma aposentadoria (52,61%), menos que 10% ainda trabalham. Agora, também existe no SESC um pequeno grupo (3,6%) de mulheres que vivem do benefício continuado ou ajuda da família.

Tabela IV. Classificação das fontes de renda nos Grupos SESC e FASC

GRUPOS	Fontes de Renda	n	%
FASC	Trabalho	10	29,41
	Aposentadoria	7	20,59
	Pensão	17	50,00
	Total	34	100,00
SESC	Trabalho	5	2,01
	Aposentadoria	85	34,14
	Pensão	27	10,84
	Benefício	5	2,01
	Aposentadoria e pensão	37	14,86
	Trabalho e aposentadoria e/ou pensão	9	3,61
	Trabalho + outra fonte	4	1,61
	Trabalho + aposentadoria + outra fonte	7	2,81
Aposentadoria e/ou pensão + outra fonte	66	26,51	

Outras fontes (não formais)	4	1,61
Total	249	100

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela V detalha a origem das fontes de renda adicionais das mulheres do grupo SESC, sem considerar as fontes de renda fixa (aposentadoria, pensão ou benefício). As participantes foram divididas nas categorias de idade: idosas jovens ou idosas mais velhas. As principais fontes de renda adicionais, tanto entre as mulheres idosas, quanto mais velhas, foi o aluguel e posteriormente o trabalho autônomo e/ou trabalho informal. Percebe-se também que entre as mulheres mais velhas, há menor diversidade de fontes de renda quando comparado às mulheres mais jovens, cuja principal fonte adicional vem de aluguéis, ao passo que entre as idosas mais jovens, além do aluguel, há uma maior parcela de mulheres que trabalha de forma autônoma.

Em relação às fontes de renda adicionais das participantes do SESC, é relevante mencionar que há uma parcela de mulheres que possuem mais do que uma fonte de renda adicional mensalmente, em alguns casos até três fontes além da renda fixa (aposentadoria e/ou pensão ou renda formal). Entre as participantes mais jovens, quase 10% (n=5) possuem pelo menos duas fontes de renda extra além das fixas como aposentadoria e pensão. Contudo, esse número é bem maior (quase 50%, n=123) se forem consideradas as fontes de renda fixa da própria mulher (trabalho e/ou aposentadoria) como a pensão do esposo, por exemplo, conforme demonstrado na Tabela IV.

Tabela V. Classificação das fontes de renda no grupo SESC

SESC	Fontes de Renda Adicional	n	%
75 anos e mais	Ajuda de familiar	2	10,53
	Aluguel (gueis)	11	57,89
	Autônoma/Trabalho Informal	6	31,58
	Total	19	100,00
Até 74 anos	Ajuda de familiar	7	11,29
	Aluguel (is)	29	46,77
	Aluguel, Ajuda de familiar	3	4,84
	Aluguel, Autônoma	2	3,23
	Autônoma/Trabalho Informal	21	33,87
	Total	62	100,00

Fonte: dados da pesquisa

4.4 Mulher idosa e Trabalho

Em relação à questão trabalhista³ 29,41% (n=10) das participantes da FASC afirmaram ainda estar trabalhando, enquanto no SESC, apenas 7,48% (n=19) estavam trabalhando. A divisão dos grupos FASC, SESC 1 e SESC 2 de acordo com a idade, mostrou que 16,7% (n=2) das mulheres mais velhas da FASC ainda trabalham, enquanto nos grupos SESC 1 e SESC 2 são quase inexistentes as mulheres que ainda

³ Alguns dados/valores não foram tabelados

trabalham, 2,6% (n=1) e 6,5% (n=2) respectivamente. Entre as idosas da FASC, quase 38,1% (n=8) afirmaram ainda estarem trabalhando, enquanto nos grupos do SESC 1 e SESC 2, o percentual de mulheres idosas que trabalha é bastante reduzido, 7,5% (n=8) e 9,5% (n=7), conforme apresentado na Tabela VI. Na mesma tabela pode ser verificado que há uma maior representatividade de mulheres que não estão mais inseridas no mercado de trabalho.

Tabela VI. Estado trabalhista entre idosas jovens e mais velhas nos grupos FASC, SESC 1 e SESC 2.

		Inserido no mundo de trabalho		n	%
Faixa de idade	Grupos	Trabalha		Não trabalha	
		n	%	n	%
75 anos e mais	FASC	2	16,7	10	83,3
	SESC 1	1	2,6	38	97,4
	SESC 2	2	6,5	29	93,5
Até 74 anos	FASC	8	38,1	13	61,9
	SESC 1	8	7,5	99	92,5
	SESC 2	7	9,5	67	90,5

Fonte: dados da pesquisa

5. Discussão

Considerando que existem no Brasil poucos estudos sobre a inserção das pessoas idosas no mercado de trabalho (CASTRO *et al.*, 2019) e ainda menos sobre a situação específica das mulheres idosas, os dados desta pesquisa ajudam a compreender a relação da inserção no mercado de trabalho com a situação econômica das mulheres idosas no mundo de hoje. O que se destaca são as grandes diferenças que existem entre essas mulheres, em relação à situação familiar, renda, escolaridade e inserção no mercado de trabalho. Apesar do estudo não ser representativo, o fato de as participantes serem oriundas de duas instituições bem diferentes amplia o leque de realidades retratadas.

O grupo do SESC e o grupo da FASC representam, de certa forma, classes sociais distintas, o que se torna visível principalmente através das diferenças em relação à escolaridade e à renda. Estudos atuais demonstram que apesar de certas críticas, a categoria de classe social como forma de estruturar a sociedade e como critério identitário ainda continua forte, principalmente em contextos com grandes diferenças de acesso em relação à renda e educação (SOUZA, 2020). A análise dos dados demonstra que essas diferenças na classe social não são só entrelaçadas às condições econômicas e ao nível educacional, mas também ao estado civil, com suas fontes de renda e sua inserção no mercado de trabalho. Deve-se notar ainda, que o grupo do SESC mostrou diferenças tão relevantes em relação à renda e escolaridade que foi dividido para as análises em dois grupos, SESC 1 e SESC 2, usando o critério de renda.

No que diz respeito às comparações dos grupos em relação à classificação etária, idosas mais jovens e mais velhas, há muitas distinções em cada faixa de idade. Em relação às mulheres mais jovens, tanto do SESC, quanto da FASC, as mulheres mais velhas parecem ter melhores condições. Em contrapartida, e de forma quase que contraditória, as mulheres mais jovens possuem mais escolaridade do que as mais velhas e ainda possuem o companheiro, ao passo que entre as mais velhas, há maior índice de viuvez.

De forma mais detalhada, podemos olhar para os diferentes grupos e faixas de idade e resumir da seguinte forma: as mulheres da FASC, tanto as mais jovens como as mais velhas, apresentaram praticamente a mesma escolaridade, sendo um ligeiramente mais elevada entre as mais velhas, enquanto

nos grupos do SESC 1 e 2 as mulheres mais jovens tiveram maior média de escolaridade comparado às mais velhas. No tocante ao estado civil, percebeu-se de modo geral, um estado de maior viuvez entre as participantes mais velhas nos três grupos, ao mesmo tempo que as mais jovens ainda têm o companheiro, em especial no grupo SESC 2. Em relação à renda, como já mencionado, as situações econômicas mais favoráveis parecem estar entre as mais idosas nos três grupos, FASC, SESC 1 e SESC 2, embora as diferenças de renda sejam muito pequenas e não significativas em termos de valores médios absolutos nas comparações intragrupo nas diferentes faixas etárias (idosas mais jovens do SESC 1 *versus* mais velhas do SESC 1; idosas jovens do SESC 2 *versus* idosas velhas do SESC 2; idosas jovens da FASC *versus* mais velhas da FASC).

O nível educacional, medido em anos escolares, vem crescendo no Brasil nas últimas décadas e desde 2016 tem se elevado anualmente (IBGE, 2019a). Em relação ao público feminino, observa-se mudança especialmente na geração das mulheres hoje idosas. A partir das entrevistas com as participantes, foi possível obter informações adicionais através de comentários, entre os quais, as dificuldades na sua infância de frequentar a escola, situação que retrata uma realidade comum no acesso à escolarização (SOUSA; SILVER, 2008), especialmente no meio rural. Caminhos longos e perigosos até a escola, a necessidade das meninas de ajudar em casa, de cuidar dos irmãos mais novos, além da postura de muitos pais frente à escolarização feminina que, distinta da que recebem os homens, estudar não seria tão importante ou necessário para menina. Todos estes fatores dificultaram que essa geração tivesse acesso à escola, ou seja: valores culturais da sociedade da época, em que as mulheres eram criadas para assumir tarefas domiciliares, conforme explica os estudos de Meireles *et al.* (2007).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (IBGE, 2019) mostram que das pessoas com 65 anos ou mais, quase 70% não têm instrução ou somente ensino fundamental incompleto. Nesta faixa etária, os dados dos homens (69,5%) são um pouco melhores do que das mulheres (69,8%), contudo, no próximo grupo etário, de 55 a 64 anos, as mulheres possuem uma escolaridade melhor do que os homens, tendo somente 50,3% na categoria sem instrução ou somente ensino fundamental incompleto, contra os homens com 51,6%. Desde então, o nível educacional das mulheres tem melhorado cada vez mais (BRUSCHINI *et al.*, 2010). Isso não se deve somente a um melhor empenho das gerações mais novas, mas ao esforço das mulheres mesmo em idades mais avançadas em recuperar uma escolaridade perdida na infância, como mostram os dados do PNAD 2020. Enquanto o analfabetismo dos homens idosos baixou de 2016 a 2019 em 1,7%, o das mulheres baixou no mesmo tempo em 2,9% (IBGE, 2020).

A escolaridade cada vez maior das mulheres é percebida também nas participantes desta pesquisa, principalmente no grupo do SESC. Enquanto as mulheres mais velhas tinham 10,78 anos (SESC 1) e 7,32 anos (SESC 2) de estudo, a geração mais nova dispõe de praticamente dois anos a mais de estudo (SESC 1 – 12,5 anos; SESC 2 – 9,41 anos). Por outro lado, em relação à FASC, observamos uma inversão desta tendência, enquanto a geração mais velha tinha seis anos de estudo, as mulheres mais novas tinham somente 5,67 anos. Apesar da diferença ser relativamente pequena e não alcançar nível de significância, chama a atenção a inversão de uma tendência geral. Fica em aberto o questionamento sobre se a ampliação da escolaridade das mulheres foi um fenômeno mais da classe média, enquanto classes mais populares não conseguiram aproveitar da mesma forma, ou se se trata de um dado específico deste grupo, o que poderia se dar devido ao número reduzido de participantes.

Tendo em vista que na região Sul do Brasil, local da pesquisa, as pessoas adultas tiveram em 2016, ano do levantamento de dados, em média 9,2 anos de escolaridade (IBGE 2019), considerando as análises atuais da Fundação Getúlio Vargas (NERI, 2020) segundo a qual os idosos têm em média 3,3 anos menos de escolaridade da população geral, a média dos idosos do RS deveria estar em 5,9 anos. Com estes dados pode-se constatar que o grupo da FASC (5,67 anos/6 anos) está dentro da média da população idosa do RS, enquanto os dados do SESC, entre 7,32 e 12,5 anos, mostram que se trata de um grupo com uma escolaridade superior à média da população geral.

Apesar de normalmente existir uma relação entre escolaridade e renda, as mulheres, mesmo com escolaridade superior aos homens, ganham geralmente salários menores (BARROS, 2017). Os dados da presente pesquisa mostram, por um lado, que entre as mulheres existe uma certa relação entre escolaridade

e renda. Assim, as participantes do SESC possuem uma escolaridade superior do que da FASC e uma renda significativamente melhor (SESC – R\$ 2.868,50, FASC – R\$ 1.575,76). Comparando com a média da renda no Rio Grande do Sul de mulheres que em 2016, ano do levantamento de dados, foi de R\$ 2.199, se percebe que a renda média das participantes da FASC de R\$ 1.575,76, e a renda das participantes do SESC com 2.868,50, está mais ou menos no mesmo nível das pessoas mais jovens. Neri (2020) ao analisar a participação dos idosos nos diferentes grupos de renda, destaca que nos grupos mais pobres há menos pessoas idosas, enquanto nos grupos com renda maior existem mais pessoas idosas. Segundo Neri (2020), a razão disso seria um sistema relativamente bom de seguridade social (aposentadoria, pensão, benefício) para pessoas idosas. De fato, a Constituição de 1988 instituiu um sistema consistente para segurar o sustento de pessoas idosas (DOLL, LIMA, CONTE, 2020), mas também se pode considerar que a expectativa de vida está relacionada com a renda.

Ao separar o grupo do SESC, que abrange realidades bem diferentes, entre SESC 1 e SESC 2, é perceptível um resultado surpreendente: a renda das participantes do SESC 2 cai para somente R\$ 1.141,51 menor do que a renda do grupo da FASC, contrariando também a suposta relação entre educação e renda (IBGE 2019b), já que o nível educacional do grupo SESC 2 com 8,9 anos é bem superior comparado à média da FASC (5,94). No grupo do SESC 2, menos mulheres estavam inseridas no ambiente de trabalho, e olhando para o estado civil, é perceptível que no grupo do SESC 2 há um maior número de mulheres que são casadas, no grupo mais jovem mais que a metade, enquanto no grupo FASC, são poucas mulheres que podem contar com um parceiro. É possível que o modelo mais tradicional de relacionamento conjugal no SESC 2 levou as mulheres a se engajarem menos no mercado de trabalho e, com isso, terem uma renda inferior na velhice.

Na mesma direção, este estudo também se atentou à situação do estado civil das participantes entre os diferentes grupos e entre as distintas faixas de idade. Os resultados da nossa investigação deixaram claro que as mulheres participantes da pesquisa da FASC, tanto no grupo da faixa etária de idosas jovens como de idosas mais velhas, são na maioria viúvas ou solteiras/separadas. Destacamos ainda que o *status* “não ter mais companheiro” parece estar mais presente neste grupo, em especial entre as mais velhas, entre as quais nenhuma delas afirmou possuir mais parceiro (por viuvez ou separação). Aqui nesse ponto chama a atenção a possibilidade desse fato estar associado a uma realidade severa e prevalente no Brasil: a pobreza feminina aliada à baixa escolaridade e à violência, que por sua vez levam as mulheres a se separarem/divorciarem dos seus companheiros e conduzirem suas vidas sozinhas (CLETO, COVOLAN, SIGNORELLI, 2019), da forma como puderem. Elas assim se enquadram em uma outra estatística, que mostra que quase 57% (56,9%) das mulheres que possuem “arranjo formado por mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos” criam seus filhos sozinhas e vivem na pobreza (IBGE, 2018).

Se por um lado, a viuvez ou a separação se apresentam amplamente na FASC, no grupo SESC a situação conjugal muda. No grupo SESC 1, 49 idosas são viúvas, totalizando 40,5% e 41 solteiras ou separadas, resultando em 33,9%. Já, as idosas mais velhas – SESC 1, totalizam 66,7% de viúvas e solteiras 18,5%, assemelhando-se ao grupo FASC, na qual o índice de viuvez é maior (40,5%). Todavia, no SESC 2, 50,6%, ou seja, metade das pesquisadas é casada, destoando dos resultados dos grupos anteriores. Entretanto, as participantes mais velhas da SESC 2, totalizam cerca de 68% em estado de viuvez. Torna-se necessário ressaltar que no grupo FASC, um total de 91,18% das mulheres não estão num relacionamento, seja por perderem seus companheiros ou por estarem sozinhas ou separadas, enquanto no grupo SESC, o percentual é de 68,22%.

Na análise dos dados fica também evidente que para as mulheres idosas mais jovens do SESC, o estado civil segue mais os padrões esperados, ou seja, mulheres com 60 anos ou mais são as que têm maior acesso à educação (67,5%) (IBGE, 2018) e vivem, na maioria das vezes, com parceiro. Em relação aos elevados índices de viuvez, encontrado principalmente no grupo da FASC e no grupo de mulheres mais velhas do SESC, podemos afirmar que eles não foram elevados apenas em nosso estudo, eles vão ao encontro de outras pesquisas (MELO, 2009; CAMARANO, 2003) que mostram que o estado de viuvez tende a ser predominante entre mulheres idosas. Em nossa pesquisa houve também um predomínio de idosas solteiras ou separadas, tanto nos grupos da FASC quanto do SESC, em especial no SESC 1.

Camarano (2003) afirma que a viuvez feminina, com o passar dos anos, tem se elevado, ao passo em que se reduz a quantidade de casadas. Os dados apontam para uma maior longevidade feminina, todavia, é necessário levar em consideração que padrões culturais também influenciam, pois, de modo geral, homens se casam com mulheres mais jovens que eles. Como também homens idosos viúvos têm maiores chances de se casar novamente, do que mulheres viúvas (CAMARANO, 2003). Segundo Camarano (2003, p. 38), a tendência é de que as mulheres idosas experimentem “uma maior probabilidade de ficarem viúvas e em situação socioeconômica desvantajosa” já que a “maioria das idosas brasileiras de hoje não tiveram um trabalho remunerado durante a sua vida adulta, afirmações que parecem representar bem a situação das participantes da FASC e SESC 2.

No tocante às fontes de renda, ficou evidente os grandes contrastes dos grupos SESC 1, em relação ao SESC 2 e FASC, bem como em relação às origens dessas rendas. Destacamos no grupo da FASC que a origem das fontes de renda era principalmente da pensão do marido (50%), poucas aposentadorias, mas também uma parcela importante, 30,30% (n=10) de mulheres que ainda trabalham, sendo que entre elas, 6,06% (n=2) estavam no grupo das mulheres mais velhas (75 anos ou mais). Já no grupo SESC, percebeu-se uma variedade de combinações de fonte de renda. Apesar da importância de aposentadoria e pensão, um terço das mulheres dispõe de outra fonte, principalmente de aluguel, para completar sua renda, o que pode apontar para uma perspectiva de prevenção, já que há pouca confiança no sistema bancário para criar uma renda adicional e, por outro lado, aponta para uma biografia que permitiu a construção de um patrimônio que possa servir na velhice como complemento da renda. Já em relação ao trabalho, percebeu-se pouca inserção profissional, em torno de 10%, tanto em relação àquelas que precisam do trabalho para se sustentar (5 do SESC), quanto àquelas que gostam de continuar trabalhando (possuem renda, mas continuam trabalhando). A tendência de continuar trabalhando na idade avançada é especialmente grande entre pessoas com poucos recursos (FASC), ou entre pessoas com alta escolaridade por ter condições boas de continuar o trabalho e se realizar por exercer suas atividades profissionais.

Percebe-se, nesse sentido, que as mulheres do grupo FASC apresentam apenas uma fonte de renda, que ou é fruto das suas atividades laborais, cerca de 29,41% ou aposentadoria (20,59%), como também pensão por morte do cônjuge (50%), enquanto no grupo SESC, só 49% têm uma única fonte de renda que pode ser trabalho (2,01%), aposentadoria (cerca de 34,14%), pensão (10,84%) e alguma espécie de benefício (2,01%). Sob outra perspectiva, pode-se afirmar que quase a metade (49,4%) delas possuem duas ou mais fontes de renda, sendo que 30,93% delas trabalham ou são aposentadas e pensionistas, possuindo rendas extras. Porém, uma pequena parcela que corresponde a 1,61% das mulheres que participaram da pesquisa não é aposentada, não recebe pensão, e que para sobreviver necessita da ajuda de pessoas da família, mulheres estas que não trabalharam formalmente ao longo da sua vida, dedicando-se ao lar e aos filhos. As mesmas vivem então do salário do cônjuge (quando presente) ou da ajuda dos filhos e sobrinhos (conforme evidenciado nas entrevistas).

É relevante ponderar aqui que as maiores rendas estão em um grupo “seleto” de mulheres com ensino superior, ou com fontes de renda adicionais à sua renda fixa (advinda do trabalho ou da aposentadoria). As mulheres que detêm salários mais altos neste estudo, como já demonstrado, estão entre as mulheres do grupo SESC 1, as quais detêm maiores médias de escolaridade, condizentes com ensino médio e ensino superior 12,5 (considerando o valor do desvio padrão chega a 16,5 anos de escolaridade). Ficou evidente que elas também garantem uma maior renda por meio de pensão dos maridos (quando viúvas), bem como de aluguel (de casas, apartamentos ou mesmo de terras) ou ainda de trabalho autônomo, não formal na maioria das vezes, garantindo uma renda extra mais alta. Já no grupo SESC 2, as rendas e a escolaridade possuem uma maior relação com as mulheres do grupo FASC, conforme já demonstrado nos resultados.

Ainda que muitas mulheres neste estudo possuam uma renda mais alta, não podemos nos esquecer que as estatísticas evidenciam uma outra realidade quando se compara os salários nos diferentes gêneros. Embora tenhamos desconsiderado os participantes do sexo masculino nesse estudo, diversas pesquisas (SOUZA, ROAZZI, 2020; IBGE, 2019; SOARES, 2000) têm mostrado que as mulheres ganham menos do que os homens, apesar de sua escolaridade ser mais elevada. Para além disso, é preciso pontuar que,

embora não tenha sido realizado a diferenciação das fontes de renda entre o grupo SESC 1 e 2, fica evidente que, pela menor renda apresentada no grupo 2, muito provavelmente estas não possuem a mesma realidade financeira que as mulheres do SESC 1 em relação a patrimônio, como posse de casas e terras. As rendas extras, a exemplo do que podemos falar das entrevistas realizadas neste grupo, vêm de pequenos trabalhos que rendem muito pouco em termo de valores absolutos, como venda de cosméticos, artesanato e reparo de roupas.

Em nossa análise levantamos três principais possibilidades sobre o trabalho entre os diferentes grupos. No grupo FASC, a questão da aposentadoria pode representar uma espécie de “carta de alforria”, em especial porque são menos escolarizadas, os trabalhos conseqüentemente são ou foram mais precários e tiveram os salários mais baixos, muitas vezes bem menos do que um salário-mínimo. A aposentadoria pode significar um descanso, enquanto que para as mulheres do SESC, há outras distinções entre as participantes que detêm maior ou menor renda: para as mulheres do SESC 1, a não aposentadoria, ou a aposentadoria em consonância com trabalho ou possibilidades de ter outras fontes de renda, se dá em consequência de melhores condições ao longo da vida, nas quais conseguiram garantir reservas para o futuro, enquanto que no grupo SESC 2, a não aposentadoria ou o trabalho formal ou informal/autônomo, concomitante com aposentadoria/ou pensão, deve representar uma forma de obter um incremento na renda.

Meireles e colaboradores (2007) afirmam que “a escolaridade influencia o seu poder aquisitivo e, por conseguinte, as oportunidades e o acesso aos serviços que proverão suas necessidades biopsicossociais, dentre as quais se encontram a alimentação, habitação, saúde e lazer” (p. 75). Segundo o autor há uma estreita relação entre vida escolar e poder aquisitivo. Embora essa associação de maior escolaridade e maior renda possa mesmo ter uma relação íntima e direta, em algumas situações ela parece não ser válida, em especial quando estamos comparando a renda de homens e mulheres com a mesma escolaridade, ou ainda quando comparamos mulheres que, além de trabalhar fora, precisam dar conta dos trabalhos domésticos e/ou cuidado dos filhos ou familiares. Nestas situações uma maior escolaridade parece não ser tão efetiva, cuja afirmação pode ser apurada pelos últimos dados do IBGE (2021).

Dados atuais do IBGE (2021) mostram que as mulheres receberam cerca de 77,7% do salário dos homens em 2019, sendo que esta diferença se eleva em cargos de maior rendimento (cargos de diretorias e gerentes). Os dados da pesquisa também mostraram que as piores condições de desigualdade salarial estavam na região Sudeste, onde 34,7% dos cargos gerenciais do país eram ocupados pelo sexo feminino. A investigação evidenciou que não havia influência educacional na desigualdade salarial, tendo em vista que as mulheres brasileiras são, em média, mais instruídas que os homens: 15,1% entre os homens, 19,4% e entre as mulheres. Já entre a população idosa a pesquisa mostrou que na faixa dos 65 anos ou mais as mulheres possuíam nível de instrução ligeiramente inferior ao dos homens.

A pesquisa (IBGE, 2021) apontou também as condições de trabalho das mulheres em relação às dos homens no ano de 2019. Apesar de não citar diretamente, as mulheres dedicam quase o dobro do tempo do que os homens (21,4 horas semanais contra 11,0 horas) aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, causando impacto significativo no período dedicado aos afazeres domésticos. As mulheres com as menores rendas são aquelas que mais trabalham e se envolvem em afazeres domésticos (mais de 24 horas semanais voltadas para a casa), enquanto entre aquelas com salários mais elevados, esse tempo reduz para 18,2 horas na semana.

Segundo Silva (2021), o trabalho doméstico (ou de cuidados), além de dificultar a inserção no mercado de trabalho, traz limitações mesmo para as mulheres que conseguem se inserir, uma realidade que representa as mulheres do FASC e possivelmente do SESC 2. De acordo com o autor, a jornada tripla de trabalho muitas vezes é um empecilho significativo no que se refere ao acesso das mulheres às ocupações profissionais, principalmente em relação às atividades profissionais com melhores remunerações.

Outra questão que não podemos deixar de mencionar diz respeito ao significado da aposentadoria no envelhecimento entre os diferentes grupos em termos financeiros. No FASC, a baixa renda se mantém ao envelhecer, bem como a baixa escolaridade, tanto para as mulheres mais velhas quanto para as mais novas. Todavia, é importante observar que a renda da aposentadoria neste grupo possivelmente seja mais elevada do que a renda que recebiam enquanto eram mais jovens, cujos trabalhos eram informais ou formais e de baixa remuneração (trabalhos como cozinheira, babá, auxiliar de limpeza, empregada doméstica, etc.). Já para o grupo do SESC, percebe-se um estado de renda variável, grupo em boas condições (SESC 1) e condições mais restritas (SESC 2), o grupo com menos recursos fica até abaixo da FASC quanto a recursos financeiros, apesar de ter uma escolaridade superior, classe média empobrecida e educação que acompanha o nível de renda dentro do grupo do SESC.

Em relação ao trabalho, ficou evidente que as participantes do grupo SESC possuem fontes adicionais de renda além do trabalho ou aposentadoria, enquanto as participantes do FASC não possuem outras fontes de renda além do trabalho, aposentadoria ou pensão. Em relação à aposentadoria, entre as participantes dos grupos SESC e FASC, 80,00% (n= 20) das idosas e apenas 66,70% (n=6) das mais velhas afirmaram ser aposentadas. Já entre as idosas do SESC, 87,80% (n=108) das idosas jovens e 91,67% (22) das mais velhas afirmaram já serem aposentadas. Denota-se as discrepâncias entre os grupos sociais, evidenciando menores condições de escolaridade, condições de trabalho e por conseguinte, a não aposentadoria em 33% (n=3) das mulheres mais velhas do FASC e 20% (n=5) entre as idosas mais novas.

Ao analisar os grupos participantes, fortes indícios nos convidam a refletir sobre a relação de trabalho com estas mulheres. Percebe-se que as pesquisadas do grupo FASC, devido à baixa escolaridade, tinham piores condições de empregos e salários menores. A aposentadoria para este grupo representaria um momento de pausa e de descanso. Quanto aos integrantes do SESC 1, há a possibilidade de escolha entre a aposentadoria e a não aposentadoria, tendo outras fontes de renda, o que é resultado de melhores condições de vida, maior escolaridade e melhores salários. No entanto, no SESC 2, a não aposentadoria, seja na informalidade ou no trabalho formal, representa uma possibilidade de aumentar a sua renda.

De modo resumido, podemos afirmar que existem diferenças significativas entre os diferentes grupos etários. De modo geral, mulheres idosas mais jovens, do SESC (1 ou 2), apresentaram maior escolaridade e menor percentual de viuvez, enquanto no FASC, a escolaridade em termos absolutos foi minimamente mais elevada no grupo de mulheres mais velhas. Todavia, o percentual de viuvez, assim como no grupo SESC, esteve mais elevado entre as mulheres mais idosas. No tocante à renda, pode-se observar que as maiores médias absolutas estiveram entre as mulheres mais idosas de modo geral, que por sua vez possuem menores médias de escolaridade quando comparado às mais jovens. Esses resultados poderiam ser explicados no grupo da FASC, pela renda da aposentadoria e pensão por viuvez, enquanto no grupo do SESC, além das aposentadorias e pensões há também a posse de bens que são alugados. Em relação à comparação de médias, o estudo mostrou haver diferenças significativas na remuneração das participantes do SESC em reação à FASC ($p=0,001$), bem como nas rendas das mulheres idosas (mais jovens) entre SESC e FASC ($p=0,01$), mas não entre as idosas mais velhas ($p=0,55$).

Por fim, mesmo diante das importantes análises desta pesquisa, cabe ressaltar algumas de suas limitações. Uma destas limitações se refere à ausência da coleta de dados das participantes em relação à sua raça/cor, informações que poderiam ser de significativa relevância para se pensar disparidades das realidades de mulheres idosas jovens e mais velhas no contexto atual. Outras limitações se dão em torno da disparidade do número de participantes entre os grupos SESC e FASC, que pode ter impedido a realização de uma análise mais representativa e profunda dos dados, além de se tratar de uma representação exclusivamente local, fazendo alusão a regiões do estado do Rio Grande do Sul.

6. Conclusão

O estudo se propôs a estudar a situação econômica de mulheres idosas a partir de dados de uma pesquisa sobre a propensão ao endividamento das pessoas idosas no Rio Grande do Sul, com participantes do projeto de Maturidade Ativa do SESC e de grupos de convivência da FASC. Foram perceptíveis as diferenças na escolaridade tanto entre SESC *versus* FASC, bem como na comparação entre SESC 1, SESC 2 e FASC. As mulheres do SESC 1, diferenciadas pela maior renda média, apresentaram maior média de escolaridade (12,5 anos \pm 4,05), que está bem acima da média brasileira, enquanto a FASC apresentou dados da escolaridade compatíveis com as médias do país (aproximadamente seis anos). A avaliação da escolaridade entre os grupos SESC 1, 2 e FASC mostrou ainda que as mulheres mais velhas possuíam menor escolaridade do que as idosas mais jovens, de modo geral.

No tocante ao estado civil, percebeu-se um elevado percentual de viuvez, tanto entre as mulheres do SESC quanto do FASC, contudo, as condições maritais do grupo FASC demonstraram que 91,18% delas já estavam sozinhas, por condições de viuvez ou separação, sendo que entre as mais idosas, nenhuma delas estava mais com o companheiro. Já na divisão do grupo SESC, percebeu-se que entre as mulheres mais jovens (idosas) do grupo SESC 2, mais da metade do grupo (50,60%) estavam ainda com o companheiro, enquanto no SESC 1, o percentual de mulheres (idosas) casadas representou um quarto (25,6%).

Por fim, em relação às fontes de renda, este trabalho mostrou que as mulheres do FASC não possuem nenhuma fonte de renda adicional sem ser pensão, trabalho ou aposentadoria. Já no grupo SESC, quase 50% delas possuem pelo menos uma fonte de renda adicional, além da sua aposentadoria ou trabalho, que são pensão por morte do esposo ou trabalho informal, ou fontes de renda adicionais advindas da pensão por morte do esposo e/ou trabalho informal ou aluguéis.

Os dados mostram um certo avanço na situação das mulheres idosas. O nível educacional das mulheres aumentou, mas se percebe claras diferenças segundo às classes sociais. A inclusão no mercado de trabalho durante a vida possibilitou, para um certo grupo, ter uma aposentadoria própria, além da possibilidade de ter uma pensão. O sistema de seguridade social, através de aposentadoria, pensão e benefício, garante um mínimo de renda na velhice, apesar de se perceber, que especialmente entre os grupos menos favorecidos, continua para uma porcentagem considerável a necessidade de trabalhar para se sustentar, tendo em vista que a vida profissional de muitas mulheres, ou sofreu interrupções ou ocorreu na informalidade. Desta forma, por um lado se constata a importância da manutenção do sistema de aposentadoria e pensão para garantir uma renda mínima na velhice, por outro, se percebe a necessidade de políticas compensatórias para mulheres no contexto do trabalho, garantindo uma aposentadoria digna na idade avançada.

Financiamento: CNPq, FAPERGS, UFRGS.

Contribuição dos autores: Francieli Aline Conte realizou a análise e escrita dos resultados, bem como a escrita da metodologia, contribuiu na escrita das discussões e normatização do artigo. Johannes Doll orientou o trabalho, auxiliou na leitura, organização da escrita e dos dados e auxiliou na escrita das discussões; Morghana Iantra Garavello Vasconcelos realizou o levantamento bibliográfico e escrita do referencial teórico e da introdução, Perla da Silva dos Santos participou na escrita das discussões;

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e à UFRGS (por meio de bolsas de Iniciação Científica) pelo financiamento deste estudo. Bem como às instituições SESC de todas as regiões envolvidas e da FASC de Porto Alegre por todo apoio e auxílio na logística, estruturação e organização para este estudo.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, A. V. et al. A Feminização da Velhice: em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e o risco social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 115 - 131, jan./jun. 2015.

AMARAL, G. A. Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí, v. 2, n. 13, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/22336/19243>>. Acesso em: 2 jun. 2021

BALTES, P. B.; SMITH, J. Novas fronteiras para o futuro do envelhecimento. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC, v. 17, nº 36, p. 7-31, 2006.

BARROS, D. S. Escolaridade e distribuição de renda entre os empregados na economia brasileira: uma análise comparativa dos setores público e privado dos anos 2001 e 2013. **Revista de Economia Contemporânea.**, v. 21, n. 3, p. 1-26, set-dez/2017: e172135.

BRANCO, C. O. C. et al. Elderly women assisted in primary healthcare: sociodemographic and economic analysis. **Revista de Enfermagem - UFPI**, v. 6, n. 2, p. 44-50, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.26694/reufpi.v6i2.5964>>. Acesso em: 10 abr. 2021

BRASIL. **Faces da Desigualdade no Brasil Um olhar sobre os que ficam para trás Brasil**. Coordenação Geral Tereza Campello, 2017. http://209.177.156.169/libros/Faces_da_desigualdade_no_brasil.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021

BRUSCHINI, C. et al. **Base de dados sobre o trabalho das mulheres**. Séries históricas, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/bdmulheres/index.php>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

CAMARO, A. A. **O Idoso Brasileiro no Mercado de Trabalho**. Texto nº 830. 2001. Disponível: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 22 jun 2021

_____. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **USP: Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, (s.p.), 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300004>>.

_____. Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4169-4176, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.30042020>>. Acesso em: 16 jul 2021

_____. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **Revista Estudos Avançados**, v. 17 n. 49, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9944>>. Acesso em: 12 jun. 2021

_____. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho**. Texto para discussão nº 830. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2068>>. Acesso em: 14 abr. 2021

CASTRO, C. M. S. et al. Influência da escolaridade e das condições de saúde no trabalho remunerado de idosos brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n.11, 2019, p. 4153-4162.

CLETO, M.; COVOLAN, N.; SIGNORELLI, M. C. Mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento institucional de seus(as) filhos(as): o paradoxo da proteção integral. **Saúde & Sociedade**. São Paulo, v.28, n.3, p.157-170, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ctwpxpY7prmbzZZzGrT5rHsC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 jul. 2021

CORREA, M. R. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade** / Mariele Rodrigues Correa. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

DOIMO, L. A. et al. O uso do tempo no cotidiano de mulheres idosas: um método indicador do estilo de vida de grupos populacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, p. 1133-1142, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v13n4/09.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2021

DOLL, J.; LIMA, K. V.; CONTE, F. A. Pension, debt, financial education? How ageing Brazilians survive financial challenges. **Population Horizons**, Oxford, v. 2020, p. 1-11, 2020.

FIALHO, A. A. B. et al. A pessoa idosa e o mercado de trabalho: uma análise a partir da PED 2014 da região metropolitana de Belo Horizonte. **Estudos Interdisciplinares em Envelhecimento.**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 9-29, 2019. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/60550/54440>>. Acesso em: 15 jul. 2021

FONSECA, M. H. Envelhecimento da população, reconfigurações do trabalho e qualificação profissional no Brasil. **Direitos, Trabalho e Política Social**, v. 6, p. 49-67, 2020. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/9499>>. Acesso em: 2 jul 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 8 jul 2021

_____. **Estatísticas de Gênero**. Indicadores sociais das mulheres no Brasil Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. n.38, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf> Acesso em: 19 jul 2021

_____, PNAD contínua – **Educação 2018**. 2019a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>>. Acesso em: 13 abr. 2021

_____, PNAD contínua – **Educação 2019**. 2020. Disponível em: : <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101736>>. Acesso em: 12 abr 2021

_____, PNAD contínua – Rendimento de todas as fontes. 2019. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2018** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2018. 151 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 12 maio. 2021

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Sociedade** - A nova velha geração. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1143:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em: 17 abr. 2021.

JESUS, D. F. et. al. Diferencial de rendimentos por nível de escolaridade entre homens e mulheres no Brasil: uma análise dos primeiros trimestres de 2012, 2015 e 2019. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, v. 9, p. 57-81, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.21680/2316-5235.2020v9n1ID21140>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

MELO, N. C. V. et al. **Arranjo domiciliar de idosos no Brasil**: análises a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2009) Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbgg/a/JZsSHdSNVmfmxhSfqbdxbPC/?format=pdf&lang=p>>. Acesso em: 04 jun. 2021. Acesso em: 17 abr. 2021.

MEIRELES, V. C. et al. Características dos Idosos em Área de Abrangência do Programa Saúde da Família na Região Noroeste do Paraná: contribuições para a gestão do cuidado em enfermagem. **Saúde e Sociedade**, v.16, n.1, p.69-80, 2007.

MOTTA, A. B. Viúvas: o mistério da ausência. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 7, p. 7-24, 2005.

NASCIMENTO, M. R. **Feminização do Envelhecimento Populacional**: expectativas e realidades de mulheres idosas quanto ao suporte familiar. In: Wong, Laura Rodrigues (org.). O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade – subsídio para políticas orientadas ao bem-estar do idoso. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar: ABEP, 2001. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/article/viewFile/168/166>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

NERI, M. Onde estão os idosos? Conhecimento contra a COVID-19. FGV, 2020. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/covidage>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA – PNAD. **Características dos Moradores e Domicílios, divulgada hoje pelo IBGE**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

RODRIGUES, W. P.; GONÇALVES, P. D. Envelhecimento: qualidade de vida e bem-estar das mulheres idosas. **Scire Salutis**, v.9, n.1, p.30-36, 2019. Disponível em: <<http://doi.org/10.6008/CBPC2236-9600.2019.001.0004>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SILVA, I. M.; BARISON, M. S.; ESCOBAR, K. A. A. **Gênero, envelhecimento e classe social**. In: 16º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, v.16, n.1, 2019. Brasília, publicado em nov. 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/72>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SILVA, T. Estudo revela tamanho da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Fatores como afazeres domésticos trazem limitações. Publicado em 04/03/2021 - Rio de Janeiro: **AGÊNCIA BRASIL**. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho>> Acesso em: 11 jun. 2021.

SIMÕES, F. I. W.; HASHIMOTO, F. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. **Revista Vozes dos Vales**: Publicações Acadêmicas: Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, v. 1, n. 2, out. 2012. Disponível: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Mulher-mercado-de-trabalho-e-as-configura%C3%A7%C3%B5es-familiares-do-s%C3%A9culo-XX_fatima.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SOUSA, A. I.; SILVER, L. D. Perfil sociodemográfico e estado de saúde autorreferido entre idosas. Esc. Anna Nery. **Revista de Enfermagem**, v. 12, n.º. 4, p. 706-716, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/pTQTpGrVFKwRJPkGLkZnXSs/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SOUZA, E. M. Classe social e produção de desigualdades: uma análise culturalista de classe. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 181-202, maio 2020. Disponível em: <<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/2857/1101>>. Acesso em: 09 jun. 2021. doi:<https://doi.org/10.21529/RECADM.2020008>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SOUZA, B. C.; ROAZZI, A. Desigualdade de renda entre homens e mulheres: uma visão mais ampla incluindo escolhas, satisfação e percepção de capacidade. **Revista EDUCAmazônia** - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá, V. XXIV, n. 1, jan./jun., pág. 287-313 2020.

SOARES, S. S. D. **Perfil da discriminação no mercado de trabalho**: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Repositório do Conhecimento do Ipea. 2000. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/229>> Acesso em: 11 jun. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Men Ageing and Health**. Achieving health across the life span. Geneva. 1999. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/66941/WHO_NMH_NPH_01.2.pdf;jsessionid= Acesso em: 17 abr. 2021

_____. **The uses of epidemiology in the study of the elderly**. Geneva: WHO, 1984.

Recebido em: 15 de junho de 2021

Aceito em: 28 de agosto de 2021

Endereço para correspondência:

Francieli Aline Conte

francieliconte@yahoo.com.br



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)